



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A Percepção Sobre Práticas de Direitos Humanos na China e sua
Influência na Construção de *Soft Power* Chinês.**

Andrea Serrano de Mello

**Artigo apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de especialista em Relações
Internacionais.**

Orientadora: Professora Dra. Danielly Ramos

Brasília

2016

Resumo

Este artigo examina como a percepção acerca de políticas internas de Direitos Humanos na China pode ser o elo mais fraco da construção de imagem do país. A partir de discussões teóricas acerca desse tema na área de Relações Internacionais, examina-se de que modo esta imagem pode ser usada como ferramenta de poder para o exercício de sua influência no sistema internacional ou como tal elemento pode limitar o seu poder perante o sistema. O elo mais fraco para a projeção positiva da imagem chinesa é apontado nesse artigo como sendo as práticas de tais Direitos e a percepção dos mesmos perante a comunidade internacional. O relativismo cultural é apontado na defesa de determinados direitos à revelia de outros e as posições chinesa e ocidental sobre os conceitos de Direitos Humanos. Compreende-se o papel da imprensa internacional como grande difusor de tal comportamento e a hierarquização de discursos onde a narrativa liberal desempenha um papel protagonista, disseminando uma percepção passiva que afeta profundamente a imagem da China. A exemplo, após o Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, menos da metade da população americana tinha uma visão favorável em relação ao país, o que permitiu a inclusão de cláusulas de Direitos Humanos como parte da negociação para limitar o acesso do país à Organização Mundial do Comércio. Por último, coloca-se o investimento em políticas de diplomacia pública para construção de imagem pelo governo chinês, usando-se as Olimpíadas de 2008 e a pesquisa do Pew Research Center — que mostra o retorno de tal investimento a partir do aumento em pontos percentuais acerca da visão favorável de outros países em relação à China no ano de 2009. Contudo, uma real mudança na percepção que a comunidade internacional tem em relação à China tende a acontecer somente quando suas políticas internas priorizarem o bem-estar de seus cidadãos e melhorarem as práticas de Direitos Humanos.

Palavras-chave: China, Direitos Humanos, *Soft Power*.

Abstract

This article examines how the perception of China's internal policies on human rights may be the weakest link in the country's image building. Based on theoretical discussions of image building in the field of International Relations, the article examines how this image can be used as a powerful tool on the exercise of its influence in the international system or how such an element can be used to limit its power before the system. The weakest link for the projection of a positive image of China is demonstrated in the present article as the practice of such rights and its perception by the international community. The cultural relativism in defending certain rights in detriment to others is highlighted, as well as the Chinese and Western positions on the concept of human rights. The international press is understood as an important broadcaster of such behavior; the hierarchy of discourse, in which the liberal narrative plays a leading role, propagates a passive perception that deeply affects China's image. For instance, after the Tiananmen Square massacre in 1989, less than half of the United States population had a favorable view towards China, which allowed for the inclusion of human rights clauses in the negotiations to limit the country's access to the World Trade Organization. Finally, the investment in public diplomacy policies for image building by the Chinese government is highlighted, including the 2008 Olympics and the Pew Research Center, showing the return of such investment based on the increase (in percentage points) of the favorable view of other countries in relation to China in 2009. Nonetheless, real changes in the international community's perception of China tend to happen only when its internal policies prioritize the welfare of its citizens and improve human rights practices by the government for its people.

Keywords: China, Human Rights, Soft Power.

Índice

1. Introdução.....	4
2. Método de análise.....	7
3. O <i>branding</i> passivo e a desconstrução do <i>soft power</i> chinês.....	8
4. Contexto histórico sobre a construção da imagem chinesa: o Massacre da Praça da Paz Celestial e suas consequências em termos de perda de <i>soft power</i>	16
5. A reação chinesa: as Olimpíadas como ferramenta de reconstrução de imagem.....	19
6. Conclusão.....	26
7. Bibliografia.....	27

1. Introdução

Neste artigo pretende-se compreender como a percepção sobre práticas de Direitos Humanos na China influencia na construção do *soft power* chinês. A Ásia, sob diferentes perspectivas adotadas, angaria a atenção no atual cenário da economia mundial. O papel que o Japão desempenhou na economia como novo polo de poder internacional foi paulatinamente sendo substituído com o admirável crescimento econômico chinês, e a ascensão da China nesse aspecto pode ser interpretada com um curioso interesse, que vai da admiração ao receio.

Tem-se aqui, por objetivo, discursar sobre como indivíduos, empresas ou países podem usar a própria imagem para aumentar sua credibilidade perante o meio, através do exemplo do impacto da imagem chinesa e suas correlatas consequências.

Apesar do crescente papel que a China desempenha na economia mundial, há um longo percurso que o Estado deve enfrentar para alcançar ganhos políticos. Em contraste com o *hard power* do poder militar e econômico, o termo *soft power* foi cunhado por Joseph Nye (1991) para explicar o uso de “atração positiva e persuasão” para atingir objetivos de política externa.

A China — atualmente a segunda maior economia do mundo — vem apresentando taxas de crescimento econômicas extraordinárias nos últimos 30 anos.¹ Entre os anos de 2009 e 2013, o país teve um investimento estrangeiro direto de mais de USD 161.03 bilhões, criando mais de 300 mil empregos ao redor do mundo.² Em termos de investimento de capital e criação de empregos, ele foi colocado em sétimo lugar a nível global. Entretanto, apesar de tamanho prestígio econômico, o país não goza de influência política que acompanhe tal dinamismo.

Em Relações Internacionais, a falta de poder de persuasão é colocada como um déficit de *soft power*. Segundo Joseph Nye Jr. (2012),³ desde 2007 o governo chinês investe em mais em políticas para aumentar seu *soft power* e, apesar de essa ser uma estratégia de poder inteligente, a sua implementação é difícil. A importância do desenvolvimento desse poder é defendida pelo autor por ser um instrumento de

¹ *Report for Selected Countries and Subjects*. Imf.org. 16 de abril, 2013.

² <www.fdiintelligence.com/Locations/Asia-Pacific/China/Where-is-China-investing?ct=true>.

³ <www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>.

manutenção da estabilidade pacífica no sistema internacional. Quando um país tem seu *soft power* aumentado em outro, existe um menor risco de conflito.⁴

A China ainda tem um longo percurso para fortalecer o seu *soft power*. Apesar de investimentos em centros culturais como o Instituto Confúcio e em eventos globais como os Jogos Olímpicos de 2008 e a Expo Shanghai de 2010, o país ainda tem pouco retorno em termos de ganho de imagem, como demonstram os resultados das pesquisas aqui expostas.

Tal percepção sobre a imagem do país não é moldada apenas pelos eventos promovidos pela China, mas construída por políticas internas e a maneira sobre como estas são retratadas. O país tem políticas internas controversas acerca de Direitos Humanos, sendo um dos mais notáveis momentos o Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989.

O incidente começou em abril de 1989, como um movimento pró-reforma política e econômica iniciado por estudantes chineses em Pequim. Em maio desse ano, os estudantes entraram em greve de fome para pressionar um diálogo com os líderes do Partido Comunista, e estima-se que mais de 1 milhão de pessoas aderiram ao protesto.⁵ Pouco tempo depois, foi declarado estado de sítio e centenas de milhares de pessoas foram às ruas. Em junho, o governo enviou tropas armadas para conter os protestos e tirar os protestantes das ruas, com o objetivo de “restaurar a ordem” na capital. À medida que as tropas se aproximavam dos protestantes e espectadores, elas abriram fogo contra a multidão. É difícil de estimar o total de pessoas mortas e detidas no incidente, pois o governo não divulga tais números e o assunto ainda é um tema banido no país.⁶ O jornal *The New York Times*, no artigo *The Persistent Mystery: How Many Died in 1989?*, publicado 10 anos após o massacre, afirma que o único documento governamental público sobre o incidente foi divulgado pelo então prefeito de Pequim, Chen Xitong, que está preso por corrupção. No documento, é apontado que mais de 3000 civis ficaram feridos e mais de 200 pessoas, incluído estudantes universitários, morreram no massacre.⁷

⁴ <www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>.

⁵ <www.amnesty.org.uk/china-1989-tiananmen-square-protests-demonstration-massacre>.

⁶ <www.amnesty.org.uk/china-1989-tiananmen-square-protests-demonstration-massacre>.

⁷ <www.nytimes.com/1999/06/04/world/the-persistent-mystery-how-many-died-in-1989.html>.

O incidente foi manchete nos principais jornais internacionais e a cobertura midiática repercutiu negativamente na imagem do país. Meses antes do massacre, uma pesquisa do centro Gallup demonstrou que 72% dos americanos tinha uma visão favorável em relação à China.⁸ Em agosto de 1989, esse número havia caído para 34%.⁹

Em seu ensaio *East Asian Views of Human Rights*, o professor Xin Chunying (1995) aponta que o discurso atual chinês sobre Direitos Humanos foi moldado a partir do Massacre, quando a sociedade internacional severamente repreendeu o regime chinês pelo incidente. Em resposta a essa pressão externa, publicou-se o relatório sobre Direitos Humanos na China (1991) como uma tentativa do governo de interpretar tais Direitos de acordo com as suas leis, enfatizando o direito à subsistência e os direitos econômicos como condições preexistentes para o exercício pleno de Direitos Humanos.¹⁰

Tal definição registra uma postura destoante da perspectiva adotada por países democráticos. Sobre esse tema, J.A. Lingdren Alves (1994), em seu livro *Direitos Humanos Como Tema Global*, coloca uma interessante visão sobre a abordagem dos Direitos Humanos no mundo pós-Guerra Fria:

“No campo dos valores, ou seja, dos modelos percebidos como legítimos da estruturação das sociedades, isto fez dos EUA, na batalha ideológica em função do papel da herança liberal na afirmação dos Direitos Humanos de primeira geração (...) um propugnador seletivo de seu reconhecimento na organização de vida coletiva...” (p. XXIX)

A partir da visão adotada pelos Estados Unidos, direitos civis e políticos são enfatizados, enquanto direitos econômicos, sociais e culturais são colocados em segundo plano.

Contemplando esses conceitos, apresenta-se a percepção acerca de políticas internas de Direitos Humanos que outros países têm em relação à China e relaciona-se tal percepção a danos de imagem e perda de *soft power* por parte do Estado chinês. Coloca-se o papel que a imprensa desempenha na construção dessas percepções em

⁸ <www.gallup.com/poll/3805/americans-unfavorable-attitudes-towards-china-unchanged-ten-years-aft.aspx>.

⁹ <www.gallup.com/poll/3805/americans-unfavorable-attitudes-towards-china-unchanged-ten-years-aft.aspx>.

¹⁰ <china.org.cn/e-white/7/7-1.htm>.

um contexto pós-Guerra Fria, onde a concepção e a própria percepção sobre Direitos Humanos é desenvolvida a partir de valores culturalmente moldados.

A exemplo, em 2014, o *think tank* Pew Research Center divulgou um relatório sobre a imagem que a China projeta em diversos países que demonstra que as práticas de Direitos Humanos no país permanecem como um ponto fraco para a imagem global que ele projeta. Em especial, americanos, europeus e japoneses majoritariamente acreditam que o governo chinês não respeita os direitos de seus próprios cidadãos.

Neste artigo também são relacionados resultados de diferentes anos de pesquisa do Pew Research Center. Na sua terceira seção, demonstra-se como a percepção sobre práticas internas de Direitos Humanos liga-se à visão geral que outros países têm em relação à China. Na quarta parte, apresenta-se as táticas chinesas para a reconstrução de sua imagem representadas pelas Olimpíadas e busca-se relacionar o impacto que o evento teve através dos resultados da pesquisa realizada pelo Pew Research Center entre os anos de 2008 e 2009.

Para concluir, elencam-se aqui teorias de Marketing e de estudos de Relações Internacionais sobre práticas que podem influenciar a construção de imagem de um país, utilizando-se teorias a partir de uma perspectiva de Marketing e estudos sobre a imagem do Estado na disciplina de Relações Internacionais, como a apresentação sobre *soft power*, de Joseph Nye Jr. (2005), a teoria sobre *state branding*, de Van Ham (2001) e a perspectiva sobre construção de imagem de um Estado, de Simon Anholt (2007). Outrossim, argumenta-se sobre as ferramentas para a construção de imagem, usando a imprensa como o instrumento difusor que molda tais percepções e, para tal, utilizam-se artigos que exemplificam a hierarquização de discursos e a seletividade acerca de notícias de Direitos Humanos que envolvem a China.

2. Método de análise

A metodologia utilizada será inferência descritiva feita através do levantamento bibliográfico. A justificativa pelo uso dessa metodologia se dá pela liberdade interpretativa que o método permite aos dados e discursos coletados (Yin, 2005).

Ademais, tal método é interessante ao analisar em que medida uma percepção negativa dos Direitos Humanos influencia no desempenho internacional dos países.

Aqui, para argumentar sobre a influência da imagem do Estado chinês a partir de suas políticas internas, utiliza-se dois momentos, exemplificando o exercício de construção de imagem:

- 1- Para argumentar sobre as práticas de violações de Direitos Humanos fala-se sobre os conceitos chinês e ocidental de Direitos Humanos e apresenta-se alguns dados atuais sobre tais práticas no país. Ademais, utiliza-se um evento notável, o Massacre da Praça da Paz Celestial, para contextualizar acerca da percepção internacional negativa que tais práticas acarretam, com o suporte de artigos e livros que argumentam sobre os impactos que políticas internas de Direitos Humanos têm na construção de *soft power* do país.
- 2- Os Jogos Olímpicos como ferramenta na construção de uma imagem positiva da China e a análise sobre o impacto que o evento acarretou a nível de ganhos de imagem a partir da interpretação da diferença na pontuação sobre a imagem da China na comparação de quatro países, entre o ano de 2008 e 2009.

3. O *branding* passivo e a desconstrução do *soft power* chinês

Em Marketing, uma importante área do estudo estratégico diz respeito à compreensão e construção das percepções que determinadas imagens provocam nos interlocutores. *Branding* — ou o impacto de imagem de uma determinada marca — é uma das partes mais importantes na formação de uma empresa (Cateora, 2005). Colocado de uma maneira simples, a marca de uma empresa é a promessa para o consumidor que diz exatamente o que esperar de determinados produtos ou serviços.

Analogamente, a imagem que um país projeta e as diferentes percepções de suas contrapartes no cenário internacional podem, assim como a marca de uma empresa, valer como uma promessa e transmitir mais ou menos confiança para outros atores, influenciando discursos, ações e reações em políticas de cooperação internacional.

Práticas de Marketing são usadas em políticas de construção de imagem de Estados. Em 2001, o artigo de Peter Van Ham — *The Rise of the Brand State* — foi publicado na revista *Foreign Affairs*. A partir de então, o termo “*state branding*” se popularizou na disciplina, atraindo atenção e pesquisa sobre a sua natureza multidimensional.

Cabe aqui a definição desenvolvida por Joseph Nye Jr. (2005), que define *soft power* como a habilidade de atrair e cooptar antes de coagir, usar a força ou dinheiro como forma de persuasão. Tal habilidade só pode ser plenamente desenvolvida quando o país tem uma clareza de identidade coerente com seus próprios objetivos, isto é, se a sua visão e ação como Estado traduzem a imagem e missão que ele quer passar tanto a nível doméstico quanto a nível internacional.

Assim como para Nye *soft power* é o poder de influenciar comportamentos, para a construção de uma marca, os valores atribuídos ao tipo de consumo que se quer orientar são moldados a partir da imagem que se quer explorar. Em Marketing é prática comum o uso de ferramentas de alto apelo emocional, como comerciais de televisão que buscam provocar um comportamento do consumidor. Na área de Relações Internacionais, Nye Jr. (2005) explora uma perspectiva similar ao colocar que o desenvolvimento bem-sucedido do *soft power* de um Estado só pode ser plenamente alcançado quando ele utiliza de ferramentas que, assim como em Marketing, evocam grande apelo emocional. Observando a colocação de Nye Jr. (2005:2) “valores como democracia, Direitos Humanos e oportunidades individuais são altamente sedutores” percebe-se que valores são concepções culturalmente moldadas, e pode-se inferir que um determinado Estado que compreenda esses mesmos valores de forma diferente pode ter sua imagem distorcida.

Ademais, conforme os três pilares do *soft power* descritos por Joseph Nye Jr. (2005), valores políticos, cultura e política externa, a China demonstra vulnerabilidade em muitas facetas desses pilares. As pesquisas demonstram a crescente percepção sobre a influência econômica da China, porém sua influência política não acompanha o dinamismo econômico que o país instiga. Mas, qual a real importância do *soft power*? Os autores do Portland Research Group — que lançou seu índice para medir o *soft power* de países em 2015, no qual a China teve a pior

pontuação — apontam que, com a rápida difusão de poder, a revolução digital e a urbanização mundial, tal poder é crítico para a prosperidade, segurança e influência nacional.

Apesar do admirável crescimento chinês e das muitas manchetes sobre a extraordinária ascensão da China nos últimos 15 anos, ainda há muito a ser trabalhado na construção de seu *soft power*. Ferramentas para a construção de tal estratégia de poder são similares às utilizadas na construção de uma marca: descobrir e trabalhar os valores que moldam determinado produto é o primeiro grande passo para atingir o sucesso na mudança de percepção. Para um Estado, descobrir e trabalhar valores impostos pela herança histórico-cultural do mundo atualmente é muito mais desafiador.

A compreensão acerca de valores da comunidade internacional atualmente é colocada para melhor interpretar os motivos que levam às percepções mostradas nas pesquisas. Em seu artigo *O Choque de Civilizações*, Samuel Huntington (1993) faz observações pertinentes para tal compreensão e coloca que, no futuro, o conflito não será necessariamente bélico, mas sim entre civilizações. Tal previsão joga luz no relativismo cultural acerca da interpretação de políticas de Direitos Humanos.

Este relativismo cultural que limita a percepção sobre práticas de Direitos Humanos pode ser sustentado a partir da análise de alguns dados atuais sobre a China, um Estado internamente pacífico ao se comparar com outros países em desenvolvimento. Em seu relatório sobre homicídios intencionais de 2012, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) mostrou que a China é o 15º com menor número de homicídios de uma lista de 218 países.¹¹ O país apresenta uma média de 0,8 assassinatos intencionais, ficando na frente de países como a França (30º), Noruega (67º) e Brasil (201º).¹² Em 2012, a China liderou o PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, em teste feito com 65 países participantes.¹³ A capacidade de um Estado em controlar sua violência urbana e criar ferramentas de incentivo ao desenvolvimento interno através de políticas que

¹¹ data.unodc.org/#state:0>.

¹² <www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf>.

¹³ <estaticog1.globo.com/2013/12/03/PISA2012.pdf>.

promovam oportunidades de emprego¹⁴ e educação também pode ser interpretada como uma característica de proteção aos Direitos Humanos.

Ao levar em consideração que o desenvolvimento econômico é uma pré-condição para o exercício de Direitos Humanos, a China progrediu bastante rumo ao estabelecimento de um regime desses Direitos. Na era de Mao, mais de 22 milhões de pessoas morreram de fome (Turner, 2007). Hoje, o país consegue alimentar seus habitantes, que representam 18,41% da população mundial com apenas 13% da terra arável.¹⁵ Tal prosperidade econômica é compatível com a noção do direito ao desenvolvimento aceito pela Declaração de Viena, de 1993.¹⁶

Não obstante, a percepção de países ocidentais sobre violação dos Direitos Humanos na China concentra-se no poder centralizado de um regime autoritário e pode-se atribuí-la ao peso que as liberdades individuais e repúblicas democráticas têm nos valores culturais pós-Guerra Fria. Em países não ocidentais, tal percepção é mais amena. O jornal do partido vietnamita, depois de ignorar os protestos de Pequim por semanas, não esboçou nenhum comentário acerca do Massacre de 1989.¹⁷ Muitos países asiáticos se mantiveram silenciosos sobre a repressão aos protestos, e o governo indiano, apesar de não ter diretamente apoiado a ação do partido chinês, limitou o tempo de exposição da cobertura dos protestos na televisão.¹⁸

Para transformar estas percepções, moldadas a partir de valores cultivados por repúblicas democráticas, o governo chinês começou uma série de programas de diplomacia pública para divulgar o país e a cultura chinesa. São programas que colocam outra perspectiva à China, divulgando sua cultura para além do regime imposto no país. Nesse sentido, o artigo de Sally Peck (2012) ilustra a alternativa que o governo chinês encontrou para disseminar sua cultura, através de seus 5 mil anos de história e artes, fazendo parcerias ao redor do mundo. O estabelecimento de mais de 300 institutos Confúcio em vários países, que oferecem estudos sobre o idioma e a cultura chinesa em universidades estrangeiras, e o incentivo a estrangeiros para

¹⁴ <www.oecd.org/employment/emp/37865430.pdf>.

¹⁵ <www.worldometers.info/world-population/china-population/>.

¹⁶ <www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>.

¹⁷ <www.nytimes.com/1989/06/08/world/turmoil-in-china-asian-diplomats-express-concern.html>

¹⁸ <archive.indianexpress.com/news/places-20-years-apart/470938/0>.

estudar em universidades chinesas demonstram a iniciativa do governo chinês em explorar sua cultura para promover sua imagem.

Mas tais esforços são o bastante para construir e fortalecer o *soft power* chinês? Para David Shambaugh, o governo chinês trata a diplomacia pública da mesma maneira que constrói infraestrutura: investindo dinheiro e esperando desenvolvimento. Apesar de esse ser um instrumento muito utilizado pelas grandes potências, o autor surpreende-se ao perceber quão baixo são os retornos que tais investimentos parecem trazer: “Ações falam mais alto que palavras e, em muitas partes do mundo, o comportamento da China contradiz sua retórica benigna” (Shambaugh, 2015:2).

O diretor da Câmara de Comércio Americana em Hong Kong, John Kamm, argumentou que a imagem deteriorante do país estava impactando sua habilidade de atingir seus objetivos de política externa (Berkowitz, 2007). Os resultados da pesquisa *The Soft Power 30: A Ranking of Global Soft Power*, de 2015, do Portland Research Group, também apontam as fragilidades do Estado chinês no exercício de seu poder, relacionando o sistema político e a falta de liberdades individuais da sua população como um ponto de vulnerabilidade para a China, dificultando o sucesso do país para atrair, mobilizar e persuadir outros.

Políticas internas de Direitos Humanos não apenas prejudicam a imagem internacional da China, mas também abrem uma oportunidade de sanções e condições impostas por outros países. A percepção sobre tais políticas se transforma em uma poderosa moeda diplomática e pode-se relacionar a consciência de tal vulnerabilidade ao investimento em estratégias para fortalecimento de imagem, como as anunciadas pelo presidente Hu Jintao no XVII Congresso do Partido Comunista Chinês, em 2007.¹⁹

Como parte de reformas adotadas pelo partido a partir da segunda metade dos anos de 1990, um novo caminho pode ser notado com a adesão a 25 tratados de Direitos Humanos (Bjorn, 2015). Coloca-se, então, a questão sobre a maleabilidade de um governo autoritário em lidar com temas como esse, considerando que medidas assim poderiam ameaçar a natureza do regime. Por que o governo chinês correria o

¹⁹ <news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm>.

risco de se colocar vulnerável dessa maneira? A resposta é multifacetada. Em primeiro lugar, a China dificilmente assumiria algo que resultaria em possível ameaça à sua unidade nacional. Ademais, a força econômica chinesa depende de exportações, sendo a maior economia exportadora do mundo,²⁰ com 22,6 % de seu PIB advindo da exportação de bens para outros países no ano de 2014.²¹

Sem o acesso ao mercado mundial, a economia chinesa afundaria e o país entraria em uma profunda depressão. Apesar de sanções econômicas que possam limitá-lo serem improváveis — devido à alta dependência da economia mundial em relação à China —, estrategistas chineses sabem de danos significativos que uma fama ruim pode causar.

Além de prejuízos econômicos, a percepção acerca de políticas internas de Direitos Humanos na China afeta indiretamente a sua expressão de poder perante a comunidade internacional. Considerando a afirmação de Waltz (1979) sobre o poder como a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele, ao ir de encontro com valores preestabelecidos nesse sistema, a China diminui esta capacidade. Em outras palavras, apesar de seu grande poder econômico, tecnológico e militar, valores culturais correspondem a uma grande parte do poder de um Estado. Ao ir de encontro com o *status quo* cultural de orientação ocidental, o país enfraquece o seu poder perante o sistema.

Ademais, com o avanço tecnológico como difusor de informações e a orientação liberal crescente em aspectos que relacionam expressões de Direitos Humanos, a preocupação chinesa com a sua imagem no sistema internacional pode ser melhor compreendida a partir do debate levantado por Fareed Zakaria e seu questionamento sobre a separação dos níveis doméstico e internacional (apud Messari, 2006). Refuta-se aqui a ideia do Estado como caixa-preta, ressaltando que a política doméstica, assim como questões internas, define a sua política externa.

Com a compreensão de que Estados não são elementos isolados e estáticos e sim parte de um todo maior e dinâmico, a ascensão da China como superpotência econômica e militar foi acompanhada por um crescente uso de ferramentas de

²⁰ <atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/>.

²¹ <data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS/countries>.

diplomacia pública pelo seu governo, a fim de projetar uma imagem mais benigna do país e distanciar a usualmente mostrada pela mídia internacional. Os esforços de tais medidas podem ser compreendidos analisando-se os resultados da pesquisa de 2013 do Pew Research Center, mostrada a seguir no Quadro 1, sobre a compreensão acerca de como os países percebiam o poder chinês e americano.

A partir da pesquisa com 38 países sobre a eventual ascensão da China como superpotência no lugar dos Estados Unidos, muitos disseram acreditar que este país será o novo polo de poder mundial, apesar de instigar uma visão desfavorável quando comparado ao primeiro.

Figura 1

Higher Ratings for the U.S. than for China		
	U.S.	China
	%	%
<i>Overall rating</i>		
Favorable	63	50
Unfavorable	30	36
Don't know	7	10
<i>Is the U.S./China a...</i>		
Partner	59	39
Enemy	8	10
Neither	24	36
Don't know	5	6
<i>Does the U.S./China consider your country's interests?</i>		
Great deal/fair amount	37	27
Not too much/not at all	58	63
Don't know	5	8
<i>Does the U.S./China respect personal freedoms of its people?</i>		
Yes	70	36
No	16	43
Don't know	11	14
Median percentages based on 38 countries.		
PEW RESEARCH CENTER Q9a, Q9c, Q47, Q59, Q119-Q120, Q127b-c.		

Pew Research Center. "Chapter 2: China's Image". July 14, 2014 (acesso em 09, nov, 2015).

A pesquisa demonstra que apenas 36% dos entrevistados acredita que o país respeite liberdades individuais, e tal percepção pode levar a resultados negativos em áreas que afetam outras a respeito da imagem do país.

Práticas de Direitos Humanos são colocadas nesse artigo como o elo mais fraco em termos de construção de uma imagem nacional positiva. Conforme o resultado da pesquisa supracitada, a ascensão econômica não é suficiente para o exercício de poder de um país. A esse respeito, Van Ham (2001) argumenta que um país que negligencia o gerenciamento de sua imagem e reputação pode ter dificuldades em atrair atenção econômica e política.

O papel que a imprensa internacional desempenha como catalizadora de opiniões que auxiliam na construção positiva ou negativa de determinado tema é crucial na compreensão sobre como a China é vulnerável no exercício do seu *soft power*. A questão aqui é sobre como um determinado tema é explorado, disseminado e percebido em sobreposição à sua própria essência.

Alguns acadêmicos da Universidade de Estudos Internacionais de Pequim, como o professor Mei Ren Yi (1996), indicam que a imprensa internacional tende a ser extremamente seletiva quando faz coberturas sobre a China, destacando problemas de Direitos Humanos, danos ambientais, seu regime autoritário, corrupção governamental ou potenciais ameaças que o poder militar instiga para a estabilidade internacional.²² Para este acadêmico, esta cobertura é tão tendenciosa e distorcida que constitui um esforço de demonização do país.

Em seu artigo sobre a legitimação de discursos na mídia, Walter Fisher (1987) argumenta, que a persuasão tem espaço somente se a audiência aceita a legitimidade do discurso. Aqui, a autenticidade do mesmo não é explorada, tampouco ele é colocado como uma verdade absoluta. Para legitimar o discurso, basta que os elementos discursados ressoem com os valores compartilhados por sua audiência.

A própria noção sobre Direitos Humanos é ampla e pode ser compreendida de diversos aspectos. Hodiernamente, a negatização de tais direitos é supervalorizada, colocando países que têm um histórico cultural de posituação dos mesmos Direitos em uma posição de desvantagem. A partir dessa premissa, compreende-se como a perspectiva ocidental ajudou a perpetuar a noção liberal de Direitos Humanos enquanto problematizava perspectivas alternativas (Alves, 1994).

Em Marketing, a percepção de um produto está intrinsicamente ligada aos valores atribuídos a ele (Cateora, 2005). A compreensão e exploração de tais valores são fatores determinantes sobre o sucesso ou o fracasso de determinada campanha, sendo a última não contemplada, apenas buscando-se compreender e reconhecer a existência dos mesmos.

²² Renyi, Professor Mei, interview by Al Jazeera. *How does China define Human Rights?* (May 21, 2012). Sciences Press, 1996.

Ao se analisar a China como um produto, pode-se relacionar esses valores à decisão de compra ou barganha, que — em caso análogo — se remitiriam ao seu poder de influenciar o sistema ou ser influenciado por ele. Um produto que não tem boa reputação é menos provável de ter margem para negociar seu preço. Por outro lado, aquele que constrói uma marca que ressoa com os valores de seus consumidores tem maior flexibilidade para valorizar seu preço.

A demonização da China pela imprensa internacional, conforme exposta no artigo de Xiguang Li e Yaomo Hua (1996), pode ser compreendida através da repercussão que políticas internas têm no âmbito internacional. O Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, foi muito emblemático no retrato sobre a violação de Direitos Humanos no país. Além do incidente, outros fatos mais recentes ajudam a moldar a imagem que outros países têm da China. Segundo o Relatório Mundial de 2015 sobre Direitos Humanos do Human Rights Watch, o país “...continua a ser um estado autoritário, que sistematicamente coíbe os direitos fundamentais”.²³ O relatório aponta que, apesar de demonstrar algumas mudanças positivas em determinadas áreas, ainda existe uma discriminação étnica generalizada contra as regiões autônomas na China. No ano de 2015, mais de 300 uigures foram detidos, sem direito a advogado, por crimes relacionados a terrorismo. Estima-se também que, desde 2006, mais de dois milhões de tibetanos, tanto agricultores quanto pastores, foram “realojados” de forma involuntária.²⁴ Tais políticas trazem uma repercussão negativa ao país.

4. Contexto histórico sobre a construção da imagem chinesa: o Massacre da Praça da Paz Celestial e suas consequências em termos de perda de *soft power*

Conforme sinalizado pelo então presidente Hu Jintao,²⁵ grande parte dos investimentos da diplomacia chinesa a partir de 2007 diz respeito a estratégias de construção de uma imagem nacional mais positiva.²⁶ Em tempos onde a informatização das notícias e a codependência entre países resultante da globalização

²³ <www.hrw.org/pt/world-report/2015/country-chapters/268108>.

²⁴ <www.hrw.org/pt/world-report/2015/country-chapters/268108>.

²⁵ XVII Congresso do Partido Comunista Chinês, <news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm>.

²⁶ <news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm>.

é predominante nas Relações Internacionais, a China começa a sofrer uma mudança paradigmática: o país, historicamente construído para dentro,²⁷ encontra-se vulnerável à percepção que causa em suas contrapartes internacionais. A maneira como a China é percebida por outros países e os motivos que moldam tal percepção podem determinar a influência política e projeção de poder que ela reflete.

A exemplo, no aniversário de 25 anos do Massacre da Praça da Paz Celestial, a revista *Foreign Affairs* ilustrou de forma enfática o fato de que os protestos de maio de 1989 continuam vivos na memória mundial, e Lucian W. Pye (2014) coloca como a China evoca sentimentos de frustração e revolta em países democráticos que tentam dialogar termos de maior abertura política com maior proteção a liberdades individuais. A realidade de anos recentes é largamente ignorada na revista, que se pauta pelos acontecimentos de quase três décadas atrás. Poucas são as imagens da China atual, e o desenvolvimento de melhores políticas para a proteção de Direitos Humanos no país é apenas colocado na perspectiva de o governo chinês assumir ou não o massacre de maio de 1989.

A análise de Jing Ying (2014a), em seu artigo sobre discursos tendenciosos na mídia, ilustra estratégias para apresentar a China em notícias sobre Direitos Humanos. A partir da análise de dois polos disseminadores de notícias, *The New York Times* e *China Daily*, o autor demonstra a construção de discursos diferentes sobre o mesmo tema, fato que em muito influencia a percepção da China a nível internacional, demonstrando a hierarquia de discursos, que têm concepções culturalmente moldadas, colocando a China em um ponto de desvantagem por ir de encontro a valores ocidentais.

O Massacre da Praça da Paz Celestial instiga sentimentos de forte revolta, especialmente quando explorados com imagens de alto apelo emocional, como a famosa fotografia do estudante parado em frente a um tanque de guerra.²⁸ Tal exploração, entretanto, se deu em larga medida pelo plano de contenção traçado pelo

²⁷ A partir do século XV, com a Dinastia Ming, o país voltou-se para dentro, isolando-se do resto do mundo. Tal comportamento tem em suas raízes premissas da filosofia confucionista de harmonia social e na crença na autossuficiência. A partir do século XIX, o país paulatinamente voltou a ter contato com o mundo exterior. Mais sobre o tema no artigo *Towards the End of Isolationism: China's Foreign Policy After Mao*, de Michael Yahuda, da revista *Foreign Affairs* do verão de 1984.

²⁸ Foto conhecida como “Tank Man”, tirada por Jeff Widener da Associated Press.

governo chinês à época e o impacto de tal medida para a imprensa internacional: na tentativa de passar a imagem de unidade nacional para a imprensa estrangeira que estava em Pequim em maio de 1989, os líderes do partido decidiram conter os protestos por meio coercitivos violentos que provocaram grande revolta na imprensa internacional que pôde testemunhar de perto tal fiasco (Pye, 2014).

Ademais, como colocado por Ying (2014b) em seu artigo sobre a análise discursiva sobre práticas de Direitos Humanos na China e a hierarquia desses discursos ao final do século XX, com o colapso do sistema comunista na Europa e na União Soviética, houve uma maior abertura para condenar políticas internas em países comunistas. A partir desse evento — largamente explorado pela mídia internacional em um momento de enfraquecimento do sistema comunista —, o governo americano começou uma condenação sistemática sobre a prática de Direitos Humanos na China. A exploração midiática de eventos assim ajudam a moldar a percepção de países sobre a imagem deste país ao redor do mundo. Quando essa imagem é percebida de forma negativa, há uma perda de *soft power* e, segundo Nye Jr. (2005), tal perda abre maior espaço para possíveis conflitos.²⁹

Nos dez anos que sucederam o evento na Praça da Paz Celestial, o governo chinês angariou esforços para orientar uma nova política de imagem, a qual se dissociasse de um Estado abusivo que se orientava por métodos que remetiam à Guerra Fria. Existiu aqui uma agenda diplomática que reunia esforços para apresentar uma China globalizada e participativa, e o maior desafio então era alinhar os discursos de modernização e abertura econômica com práticas e crenças do Estado em relação ao exercício de Direitos Humanos em seu território (Turner, 2007).

O dano de imagem causado pela repercussão destes protestos pode ser tacitamente percebido pela perda de *soft power* chinês nos anos subsequentes: a China tentou ingressar na Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1996, mas teve seu ingresso vetado pelos Estados Unidos, que cobravam uma postura comprometida do país em relação à maior proteção de Direitos Humanos em seu território (Nye Jr, 2005). As viagens de negócio oficiais entre os dois países tinham as negociações influenciadas pela cobrança americana em relação a tais práticas, tendo,

²⁹ <www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>.

por fim, a inclusão de cláusulas de Direitos Humanos na negociação que admitia a China na Organização (Ding, 2011).

Conforme apontado acima, más práticas de Direitos Humanos fragilizam a percepção que outros países têm em relação à China e enfraquecem seu *soft power*. Com o objetivo de melhorar sua imagem, o país se utiliza de ferramentas da diplomacia pública para se promover. Na próxima seção, será examinado a promoção das Olimpíadas como uma dessas estratégias e compara-se os resultados das pesquisas feitas pelo Pew Research Center acerca da imagem projetada pelo país nos anos de 2008 e 2009.

5- A reação chinesa: as Olimpíadas como ferramenta de reconstrução de imagem

Como apontado acima, o *state branding* é relevante porque consumidores e investidores continuam a depender fortemente na imagem dos países para tomar decisões econômicas. Uma campanha de *state branding* não somente serve para reiterar uma imagem positiva, mas também auxilia no combate a imagem negativa através da construção de novas imagens e associações.

A imagem que um país projeta através de diversos meios de comunicação, como foi o caso da China e a constante cobertura midiática sobre casos que envolviam violações de Direitos Humanos a partir de 1989 (dentre eles cobertura sobre a falta de liberdades políticas, violação de direitos trabalhistas, crimes ambientais e conivência com regimes autoritários), pode ser mais difícil de mudar, como argumenta Simon Anholt (2002) sobre a teoria de mudança de imagem de um país. Anholt cita que a estratégia recomendada em caso de danos de imagem é a de construir novas concepções ao invés de tentar mudar concepções preestabelecidas.

Através da perspectiva de Anholt, pode-se compreender como a China vem buscando uma série de medidas para melhor promover o Estado através de exercícios de *branding* e uma reconstrução de sua imagem perante a comunidade internacional. A estratégia utilizada pelo governo chinês é a de tratar políticas de Direitos Humanos como um assunto interno e um tema em desenvolvimento (Primiano, 2015), sem insistir, no entanto, em eventos passados que podem enfatizar a vulnerabilidade do

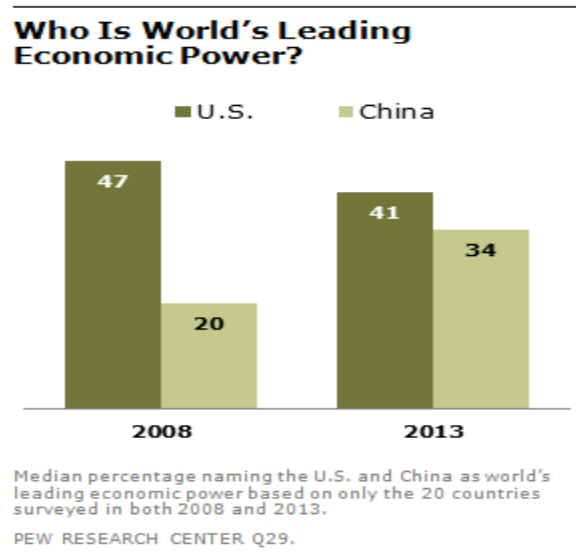
partido ao tratar desses assuntos. A China coloca em prática a estratégia definida por Anholt para a reconstrução da imagem estatal: a dissociação de imagem do país como violador sistemático de Direitos Humanos, sucede com a divergência do tema, ao inibir determinados assuntos e enfatizar práticas de diplomacia pública para promover o país, caso notado na recepção de grandes eventos.

Apesar do custo de sediar os Jogos Olímpicos, muitos países intencionam sediá-lo por inúmeros motivos. De acordo com Preuss (2004), isso pode trazer tanto ganhos tangíveis quanto intangíveis para o país em um período de 7 anos, que de outra maneira levaria décadas para serem atingidos. Outros estudos também demonstram como impactos de sediar as Olimpíadas o incentivo ao turismo, melhorias em locais públicos para a prática de esportes, na infraestrutura das cidades-sede e sobre a imagem do país (Preuss, 2004).

Para exemplificar, coloca-se aqui uma comparação referente aos 5 anos subsequentes às Olimpíadas. A partir de tais resultados, pode-se analisar o impacto dos jogos na imagem da China perante a comunidade internacional.

No período entre 2008 e 2013, a China subiu 14 pontos na pesquisa sobre percepção enquanto superpotência econômica. Os Jogos Olímpicos pode ser considerados um dos fatores que influenciaram tal resultado, sem excluir outras variáveis, como a crise norte-americana e a crise econômica global em 2008 e 2009 que ajudaram a propulsionar tal resultado.

Figura 2:



Pew Research Center. "Chapter 2: China's Image". July 14, 2014 (acesso em 09, nov, 2015).

A mudança de percepção acerca do poder econômico chinês pode ser associada ao alto investimento da China nas cidades-sede e o comprometimento do país em fazer um evento colossal, que envolvia um nível integrado entre tecnologia e arquitetura e expunha o alto dinamismo de suas cidades. A partir do anúncio que seria a sede das Olimpíadas de 2008, um novo marco para a história recente do país acontecia: o simbolismo desse acontecimento enaltecia a China como uma potência econômica global, positivando sua maturação como um grande ator econômico — e, em menor perspectiva, com atuação no campo político.

Os Jogos Olímpicos representaram uma grande oportunidade de propaganda para a China para poder se distanciar da imagem negativa de eventos passados. Ademais, a positivação do país como um ator pacífico, uníssono e modernizado serviria não só como um ato de construção do país como ator político global, como também como um meio de propaganda interna.

Com as Olimpíadas de Pequim em 2008, estima-se a cobertura dos Jogos para mais de 4,7 bilhões de espectadores em 220 países e territórios, sendo os mais vistos da história olímpica (Sands, 2008). De fato, o poder da mídia eletrônica para reproduzir esses eventos para muitas partes do mundo torna os Jogos Olímpicos uma ferramenta potente que, quando bem utilizada, pode trazer muitos ganhos ao país em

termos de melhorias de imagem, atraindo mais turismo, mais confiança internacional e, eventualmente, mais investimento externo.

Pode-se dizer que a China teve sucesso ao usar as Olimpíadas como combustível de orgulho nacional: nos dois anos que antecederam os Jogos, chineses de todas as idades dos principais centros urbanos eram impulsionados a preparar o país para sediar o grande evento. Propagandas nos jornais, revistas e televisão instruíam as pessoas a se comportarem de forma a melhor ambientar os estrangeiros.

Para se preparar para os Jogos Olímpicos, a China investiu cerca de 40 bilhões de dólares na infraestrutura de Pequim,³⁰ gerando grande expectativa e sentimento de antecipação pelo público. Ademais, as Olimpíadas tiveram grande influência no desenvolvimento econômico e ambiental, além de terem proporcionado uma ótima oportunidade de propaganda para o país.

Se por um lado os Jogos Olímpicos despertaram um sentimento de orgulho e pertencimento à maioria étnica Han e impulsionaram o turismo no país, por outro, despertaram críticas de vários países. Protestos na Inglaterra, França, Grécia e EUA contra a sede das Olimpíadas na China ressaltavam o contraste das intenções de boas práticas de desenvolvimento com as políticas chinesas de Direitos Humanos e ambientais no Tibete e em Darfur.³¹

A imagem da China como um país aberto, pacífico e de oportunidade para todos levanta discussões sobre a real evolução sobre políticas e práticas de Direitos Humanos no país. O evento sob essa perspectiva é percebido como uma falsa propaganda, assim como um produto de baixa qualidade que não condiz com o anunciado. Com o objetivo de protestar contra práticas governamentais de violação dos Direitos Humanos, vários países ocidentais se uniram para boicotar a abertura dos Jogos Olímpicos em Pequim.³²

Com a atenção trazida pela imprensa internacional, grupos de minorias separatistas usaram a oportunidade para colocar mais força em movimentos pró-

³⁰ <www.wsj.com/articles/SB121614671139755287>.

³¹ <www.telegraph.co.uk/sport/olympics/2525087/Beijing-Olympics-Protests-around-the-world-as-Games-open-in-style.html> e <www.chinabusinessreview.com/the-2008-olympics-impact-on-china/>.

³² <www.slate.com/articles/news_and_politics/foreigners/2008/04/passing_on_the_torch.html>.

independência. Os protestos mais notáveis aconteceram em Lassa, quando grupos separatistas se voltaram contra a maioria Han que vivia na região.³³

Apesar da tensão sobre conflitos internos durante os Jogos, os esforços para a construção de imagem da China para as Olimpíadas podem ser percebidos ao analisar os resultados da pesquisa conduzida pelo Pew Research Center. Neste artigo, são selecionados quatro países que participaram da pesquisa (Estados Unidos, França, Japão e Turquia) e leva-se em consideração os anos de 2008 e de 2009, com o objetivo de investigar o impacto que os Jogos Olímpicos tiveram acerca da imagem da China para outros países, compara-se o resultado entre estes dois anos

O primeiro país aqui apresentado é os Estados Unidos. A China é o país com maior acúmulo de títulos da dívida pública americana (superior a US\$1 trilhão no ano de 2015),³⁴ criando uma situação de interdependência com os Estados Unidos que impulsiona adaptações de política externa de ambos os lados.

A imagem da China se deteriorou na opinião americana desde o acontecimento de 1989³⁵ e a sua reinserção na economia mundial foi acompanhada com o crescente interesse chinês em ser um ator político global. Para tanto, esforços para melhor orientar ações de diplomacia pública foram tomadas, e a percepção americana pode ser compreendida como um dos fatores propulsores de tal postura.

³³ <www.economist.com/node/10924179>.

³⁴ <www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>.

³⁵ <www.pewresearch.org/fact-tank/2014/06/03/how-americas-opinion-of-china-has-changed-since-tiananmen/>.

Figura 3:

Opinion of China

Do you have a favorable or unfavorable view of China?

Favorable Unfavorable View all countries on this question

Custom Group: Percent responding **Favorable** all years measured

COUNTRY	2002	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
France	-	58	60	47	28	41	41	51	40	42	47	50
Japan	55	-	27	29	14	26	26	34	15	5	7	9
Turkey	-	40	33	25	24	16	20	18	22	27	21	18
United States	-	43	52	42	39	50	49	51	40	37	35	38

Full question wording: Please tell me if you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable or very unfavorable opinion of China.

Notes: Favorable combines "very favorable" and "somewhat favorable" responses. Unfavorable combines "very unfavorable" and "somewhat unfavorable."

Pew Research Center. "Chapter 2: China's Image". July 14, 2014 (acesso em 09, nov, 2015).

A estratégia adotada pela China ao usar os Jogos Olímpicos para melhorar a sua imagem, inclusive perante os Estados Unidos, teve resultados positivos, ao se considerar a os resultados do Quadro 4. Nota-se que, no ano de 2008, apenas 39% dos americanos tinham uma visão favorável do país. Um ano depois das Olimpíadas, esse resultado escalou para 50% dos entrevistados, um aumento de 11 pontos percentuais no período imediatamente depois dos Jogos Olímpicos de Pequim.

O segundo país apresentado é a França, que sempre adotou uma postura crítica acerca de práticas de Direitos Humanos na China. Durante os anos de 1990, estes dois países desentenderam-se devido à "política de uma China única". Temos como exemplo a grande cobertura midiática pela França em questões que envolviam o Tibete, em 2008, onde as violações de Direitos Humanos nessa região foi largamente noticiado pela mídia francesa. Parte da população francesa inclusive iniciou um boicote às Olimpíadas em Pequim.³⁶ Apesar do engajamento da população civil e da extensa cobertura acerca do referido tema, a pesquisa demonstra um resultado interessante: ao contrário do que foi percebido à época sobre danos de imagem chinesa, houve um ganho de imagem de 13 pontos percentuais de um ano para outro. Por outro lado, pode-se concluir que, nos meses imediatamente antes das Olimpíadas,

³⁶ *Raidissement des relations sino-françaises*", Radio France Internationale, Abril 15, 2008.

houve uma breve deterioração da imagem chinesa, demonstrada pela queda em pontos percentuais entre o ano de 2007 e 2008.

O terceiro país colocado é o Japão. Além de ser um influente na região, os dois Estados têm um histórico estremecido, resultado de guerras que impactaram as percepções que ambos os nacionais têm a respeito do outro e, mais recentemente, de tensões acerca de disputas territoriais no Mar do Sul da China. O resultado da pesquisa se demonstra parcialmente favorável. Entre o ano de 2008 e o ano de 2009, houve um crescimento de 12 pontos percentuais na visão que japoneses têm da China. Apesar de tal resultado logo após as Olimpíadas, nota-se aqui que a imagem do país se deteriorou a partir de 2012, e apenas 5% da população tinha uma imagem positiva da China em 2013.

Contudo, salienta-se que tais efeitos não foram homogêneos. Em países como a Turquia, pode-se perceber uma significativa perda de imagem entre os anos de 2008 e 2009. Este país, que tinha uma visão particularmente desfavorável em relação à China, apresentou uma queda de 8 pontos percentuais após as Olimpíadas. Pode-se compreender tal resultado como consequência à repressão que minorias étnicas dos uigures turcos que vivem na região de Xinjiang sofreram, especialmente no ano de 2008, devido às manifestações contra o governo chinês.

A partir de tais resultados, e apesar de um movimento de maior repressão em regiões com orientações separatistas, tais como o Tibete e Xinjiang, conclui-se que as Olimpíadas foram um fator importante no processo de reconstrução de imagem chinesa e na inserção da China como ator político global, impactando de maneira positiva a população que vivia nas cidades-sede.

Os efeitos do movimento reacionário acerca dessas manifestações com cobertura da imprensa internacional podem ser percebidos quando se compara os anos de 2007 e 2008, sendo o último o que tem a pontuação mais baixa nos Estados Unidos, na França, no Japão e na Turquia. Com efeito, o resultado da pesquisa de imagem após as Olimpíadas poderia ter sido mais favorável não fosse a visibilidade negativa meses antes do evento.

6. Conclusão

Além de campanhas ativas que intencionam provocar mudanças na percepção que determinados povos e sociedades têm a respeito de algum serviço, produto ou mesmo de um Estado, existe a campanha passiva que determinadas marcas provocam. Assim como empresas são muitas vezes afetadas por práticas ou políticas que pouco interferem no produto final, mas que têm grande impacto sobre a percepção da sua marca, podendo acarretar prejuízo sobre a venda dos produtos, Estados também provocam uma impressão negativa de imagem involuntariamente, ainda quando tratam de assuntos domésticos.

Para grandes países emergentes, tal como China, dominar e aperfeiçoar seu *soft power* é o próximo grande desafio a ser enfrentado com o objetivo de assumir um papel de influenciador global que acompanhe a sua postura como potência econômica.

A China demonstra fragilidades na construção de seu *soft power* ao expor práticas controversas de Direitos Humanos, o que interfere não apenas na percepção que outros países têm acerca do Estado chinês, mas também afeta seu exercício de poder como ator político global. Disputas territoriais, acordos internacionais e até mesmo projetos de cooperação política são sujeitos a entraves colocados pelas partes que usam políticas internas de Direitos Humanos muitas vezes para pautar negociações.

O papel da imprensa internacional é compreendido como grande difusor de tal comportamento. A postura de alguns países — como os Estados Unidos, que pressionam a China para causar mudanças em suas políticas internas de Direitos Humanos — é alimentada pelo discurso que a imprensa internacional reproduz (Yin, 2014), e as opiniões disseminadas estimulam o sentimento, compartilhado em muitos países, acerca de violações de Direitos Humanos na China, o qual molda a percepção que tais países fazem a respeito do Estado chinês.

A orientação da política externa chinesa investiu em muitos instrumentos de diplomacia pública com o objetivo de reconstruir sua imagem perante a comunidade internacional. O discurso chinês acerca de práticas de Direitos Humanos expressa tal tema como um assunto interno e uma questão em andamento, coerente com o nível de

desenvolvimento do país. Ademais, a atenção sobre práticas de Direitos Humanos é dissuadida com políticas de construção de imagem, tais como o incentivo ao turismo, o investimento em centros de exportação da cultura chinesa (CI) e em grandes eventos globais.

As Olimpíadas foram não apenas uma oportunidade para o país se desenvolver e trazer benefícios à sua população, mas também uma ferramenta importante na reconstrução da imagem chinesa como um importante ator global. A partir dos resultados analisados da pesquisa do Pew Research Center e dos artigos e livros citados neste artigo sobre imagem, *soft power* e Direitos Humanos na China, pôde-se observar que políticas internas de Direitos Humanos afetaram a percepção da China nos quatro países considerados nesse artigo. Relacionou-se a cobertura midiática acerca de protestos e as repressões a minorias étnicas com a perda de pontuação no ano de 2008. Por outro lado, relaciona-se o ganho de pontos percentuais como resultado do impacto que o evento das Olimpíadas teve na percepção dos referidos países.

Conclui-se que a China ainda tem um longo percurso para mudar a percepção reproduzida pela imprensa internacional que causam danos a sua imagem. Entretanto, o dinamismo econômico propulsiona o país a se movimentar, com o objetivo de aumentar sua influência política, e os formuladores de política externa investem especial atenção na implementação de práticas de diplomacia pública. Contudo, uma real mudança na percepção que a comunidade internacional tem em relação à China tende a acontecer somente quando suas políticas internas priorizarem o bem-estar de seus cidadãos e melhorarem as práticas de Direitos Humanos com a sua população.

7. Bibliografia

- AFRICA UP CLOSE. disponível em: <africaupclose.wilsoncenter.org/chinas-investments-in-africa/> (novembro de 2012), acesso em fevereiro de 2016.
- AHL, B. (1 de agosto de 2015). The Rise of China and International Human Rights Law. *Project Muse*.
- ALVES, J. I. (1994). *Os Direitos Humanos como tema global*. Brasília: Editora Perspectiva.

- ANHOLT, S. (2002). Forward to the Journal of Brand Management. *The Journal of Brand Management*, 9, 229.
- BARR, M. (8 de agosto de 2012). Nation Branding: China Image Campaign. *Esat Asia*, p. 20.
- BERKOWITZ, P. (s.d.). *Brand China: Using the 2008 Olympic Games to enhance China's image*.
- CATEORA, J. G. Philip R (2005). *International Marketing*. Nova Iorque: McGraw-Hill/Irwin.
- CENTER, P. (1 de maio de 2014). *Chapter 2: China's Image*. Acesso em 2015, disponível em: <www.pewglobal.org/2014/07/14/chapter-2-chinas-image/>
- CENTER, P. R. (julho de 2013). *America's Global Image Remains More Positive than China's*. Acesso em 15 de fevereiro de 2016, disponível em: <www.pewglobal.org/2013/07/18/americas-global-image-remains-more-positive-than-chinas/>
- CHEN, D. (2005). Explaining China's Changing Discourse on Human Rights. *Asian Perspective*, p. 33.
- CHOU, C.-C. (2008). *Bridging the Global and the Local: China's Effort at Linking Human Rights Discourse and Neo-Confucianism*.
- DING, S. (2011). Branding a Rising China: An Analysis of Beijing's National Image Management in the Age of China's Rise. *Journal of Asian and African Studies*.
- DING, S. (2015). Engaging Diaspora via Charm Offensive and Indigenised Communication: An Analysis of China's Diaspora Engagement Policies in the Xi Era. *Political Studies Association*.
- FISCHER, W. (1987). *Human Communication as Narration: Toward a Philosophy of Reason, Value, and Action*. Columbia: University of South Carolina Press.
- HAM, P. V. (2001). The Rise of the Brand State. *Foreign Affairs*.
- HAM, P. V. (s.d.). The Rise of the Brand State. *Foreign Affairs*.
- HAMILTON, G. G. (2010). World Images, Authority, and Institutions – A comparison of China and the West. *European Journal of Social Theory*, 17.
- JR., J. S. (1991). *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books.
- JR., J. S. (2005). *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. New York: Public Affairs.
- LIO, K. D. (2010). *Enhancing China's image in Japan: Developing the nation brand through public diplomacy*.
- MESSARI, J. P. (2006). *Teoria das Relações Internacionais*. Sao Paulo: Elsevier.

- NYE Jr, J. S. (2005). *Soft Power*. DC: Public Affairs.
- PAGE, T. X. (2013). What Affects China's National Image? A cross-national study of public opinion. *Journal of Contemporary China*.
- PECK, S. (2012). China exports its history to soften its image abroad. *The World Today*.
- POWER, T. 3. (Julho de 2015). *softpower30.portland-communications.com/ranking*. Acesso em 18 de fevereiro de 2016, disponível em The 30 Soft Power: <softpower30.portland-communications.com/ranking>
- PREUSS, H. (2004). Lasting Effects of Major Sporting Events. *Institute of Sport Science, Johannes Gutenberg University, Mainz, Germany*, 12.
- PRIMIANO, C. B. (2015). The Impact of International Perception on China's Approach to Human Rights. *East Asia*.
- PYE, L. W. (1 de maio de 2014). China: Erratic State. *Foreign Affairs*, p. 20.
- SANDS, L. M. (2008). The 2008 Olympics' Impact on China. *China Business Review*.
- SHAMBAUGH, D. (2015). China's Soft Power Push- The search for Respect. *Foreign Affairs*, 8.
- THE SOFT POWER 30: A RANKING OF GLOBAL SOFT POWER. (Julho de 2015). Acesso em 18 de fevereiro de 2016, disponível em [The Soft Power 30: <softpower30.portland-communications.com/>](http://softpower30.portland-communications.com/)
- TURNER, B. S. (2007). Rule of Virtue: China and Human Rights. *Journal of Human Rights*.
- WALTZ, K. (1979). *Theory of International Politics*. New York: Mac Graw Hill.
- WALTZ, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. Reading Mass.
- WU, C. (4 de December de 2009). Sovereignty, Human Rights, and Responsibility: Changes in China's Response to International Humanitarian Crises. *Journal of Chinese Political Science*, 28.
- YIN, J. (2014). The Clash of Rights.
- ZHU, Y. (s.d.).